

☐ REQUERIMENTO Número / (.ª)☐ PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça-se

Publique-se

O Secretário da Mesa

Assunto:**Destinatário:****Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República**

No passado dia 1 de Junho, o Conselho de Ministros aprovou uma Resolução que define os critérios de reordenamento da rede escolar, sob o fundamento de cumprir os objectivos da escolaridade obrigatória de 12 anos, promover o sucesso escolar e combater o abandono e consolidar a organização dos agrupamentos de escolas.

Nesse âmbito, foi decidido que, em regra, os estabelecimentos públicos do 1.º ciclo do ensino básico deverão funcionar com um mínimo de 21 alunos, bem como que a consequente programação do encerramento das escolas, será definida em articulação com as câmaras municipais competentes, de modo a que os alunos a transferir sejam encaminhados para centros escolares recentes e criando também soluções em matéria de rede de transporte escolar.

De igual forma, decorre da citada Resolução que em casos excepcionais e por motivos devidamente fundamentados, o membro do Governo responsável pela área da educação pode autorizar a manutenção em funcionamento de estabelecimentos que não cumpram o requisito fixado.

Finalmente, justifica-se esta medida de reordenamento da rede escolar do primeiro ciclo de ensino básico como forma garantir a igualdade de oportunidades no acesso a espaços educativos de qualidade e que na óptica do Governo «permitirá proporcionar aos alunos abrangidos o acesso a melhores condições

pedagógicas e logísticas de aprendizagem, minorando os riscos de abandono e insucesso escolar, que são comprovadamente mais elevados nas escolas de menores recursos e com menos de 21 alunos».

Em síntese, o Governo sustenta a urgência nesta medida em razões de natureza pedagógica e também enquadrada nas opções orçamentais de controlo da despesa pública a concretizar no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento, neste caso aplicadas ao sector da Educação.

Sem embargo do princípio de melhores condições de ensino em Portugal que todos partilhámos, de facto a concretizar-se esta medida de encerramento generalizado de escolas de uma forma «cega», sem a necessária articulação com as autarquias locais e sem envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação e demais membros da Comunidade Educativa, o Governo ao invés de otimizar e melhorar os recursos educativos, estará a desbaratar um elemento central do sistema educativo que se baseia na autonomia escolar e cujo ensino deverá consubstanciar uma expressão suficientemente flexível e diversificada em todo território nacional.

Aliás, conforme decorre da Lei de Bases, o sistema educativo deverá observar as necessidades resultantes da realidade social e, genericamente, corresponder às especificidades de cada região dos Países, salvaguardando naturalmente também a necessária optimização dos recursos, mas a tónica principal deverá estar centrada na qualidade das aprendizagens e na melhoria das condições dos recursos educativos.

Por conseguinte, torna-se incompreensível e mesmo injustificável à luz dos princípios reiterados na Resolução do Conselho de Ministros do passado dia 1 de Julho, a comunicação unilateral por parte da Direcção Regional de Educação do Centro (DREC) que na área do Município da Batalha, distrito de Leiria, pretende encerrar no imediato três escolas, respectivamente em Alcanadas (freguesia da Batalha), Torre (freguesia do Reguengo do Fetal) e Casal Vieira (freguesia de São Mamede).

Incompreensível, porquanto aquele serviço regional do Ministério da Educação pretende fazer «tábua rasa» das orientações que resultam da própria Resolução do Governo, quando ignora qualquer articulação com as autarquias locais e não promove a auscultação junto dos órgãos da Escola ou junto dos representantes dos Pais e Encarregados de Educação.

Injustificável, porque em circunstância alguma, neste caso concreto, o objectivo tão profusamente difundido pelo Governo de melhorar as condições de ensino às crianças, será impossível de vislumbrar, uma vez que nem as designadas escolas de acolhimento têm condições para receber os alunos – uma vez que a modernização escolar prevista na Carta Educativa está em curso, mais ainda não concluída –, nem o desiderato económico está salvaguardado, na medida que terão de ser assegurados meios financeiros suplementares no apoio aos transportes escolares e na eventual adaptação das escolas receptoras, ao nível de refeitórios e de novos espaços de complementares de apoio ao ensino.

Face ao exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, o deputado subscritor, solicita ao Governo, através da Senhora Ministra da Educação, esclarecimentos urgentes às seguintes questões:

1 - Tendo presente que esta medida de reordenamento da rede escolar já foi anunciada em Março de 2007 pelo anterior Governo, também liderado pelo actual Primeiro-Ministro, questiona-se quais os fundamentos logísticos e pedagógicos que o Ministério avalia hoje de forma diferente aos transactos anos lectivos, para decidir a intenção de encerramento das escolas nas localidades de Alcanadas, Torre e Casal Vieira, todas na área do Agrupamento de Escolas do concelho da Batalha? O que mudou ao nível da respectiva Direcção Regional de Educação, uma vez que as condições da rede escolar no concelho da Batalha mantêm-se inalteradas?

2 - Não considera o Governo relevante para essa avaliação o facto de apenas o primeiro, de quatro novos Centros Educativos previstos na Carta Educativa homologada nos termos da Lei, estar em fase de construção e ainda não concluído?

3 - Qual o nível de articulação que o Ministério empreendeu neste caso concreto junto das respectivas autarquias locais, bem como que tipo de auscultação foi desenvolvida junto dos órgãos do Agrupamento de Escolas e representantes do Pais e Encarregados de Educação?

4 - Finalmente, pondera o Ministério da Educação incluir estas escolas no âmbito dos casos excepcionais previstos na Resolução do Conselho de Ministros do passado dia 1 de Junho, na razão que nestas condições seria impossível assegurar o objectivo de proporcionar aos alunos abrangidos o acesso a melhores condições pedagógicas e logísticas de aprendizagem?

Palácio de São Bento, terça-feira, 8 de Junho de 2010

Deputado(a)s

Paulo Batista Santos(PSD)